

Novos Movimentos Sociais na América Latina

New Social Movements in Latin America

JALES DANTAS DA COSTA | jalesdc@gmail.com

Professor no Departamento de Economia da Universidade de Brasília.
Coordenador do Grupo de Pesquisa Revoluções e Contrarrevoluções e
pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo.

Recebimento do artigo Maio de 2015 | **Aceite** Julho de 2016

Resumo O artigo apresenta a emergência, os rumos e os desafios dos novos movimentos sociais, tanto de base rural como urbana, no continente latino-americano de fins do século XX e início do novo milênio. Parto da análise que considera que o aparecimento desses movimentos – organizações indígenas, camponesas, os chamados “movimentos sem”, movimentos religiosos, ecológicos e de mulheres, coletivos militantes, ONGs, organizações sociais e juvenis etc. – e, com eles, o fortalecimento de um novo ciclo de protesto social na região foram fruto das profundas e regressivas consequências das políticas neoliberais adotadas na grande maioria dos países do continente, mas não tanto da desilusão para com o desempenho de velhos movimentos antissistêmicos clássicos no poder. Termina por melhor expor a reconfiguração de seus sujeitos sociais, os principais desafios a serem superados e um pouco do que se tem feito recentemente nos planos da reflexão e da ação. **Palavras-Chave** velhos e novos movimentos antissistêmicos; neoliberalismo e resistências; novos movimentos sociais na América Latina

Abstract The paper presents the emergence, the directions and the challenges of the new social movements, from both rural and urban base in Latin America in the late twentieth century and the beginning of the new millennium. It starts with the analysis that considers that the emergence of these movements – organizations of indians and peasants, religious, environmental and women’s movements and the ones known as “movements without”, collective activists, NGOs, social and youth organizations etc. – and the strengthening of a new social protest cycle in the region were the result of profound and regressive consequences of neoliberal policies adopted in most countries of the continent, but not so much of the disappointment with the performance of old classic antisystemic movements in power. It ends exposing better the reconfiguration of its social subjects, the main challenges to be overcome and a bit of what has been recently made in terms of reflection and action. **Keywords** old and new antisystemic movements; Neoliberalism and resistance; new social movements in Latin America.

Introdução

No artigo *Os movimentos: que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?*, Immanuel Wallerstein fala das origens e evolução desses movimentos, como eram concebidos e como os concebe na contemporaneidade, pelo o quê e contra quem lutavam, suas fraquezas e derrotas, seu expressivo espraio e vitórias, bem como o alcance limitado de sua estratégia fundamental de conquistas em dois tempos. Também suas ilusões e desilusões mais recentes, e as distintas tentativas nas últimas décadas em construir “um tipo melhor de movimento anti-sistêmico”. Além de apresentar uma breve síntese de parte desse importante artigo, o que será feito logo após essa introdução, o complemento com algumas das *Dez teses acerca dos movimentos sociais*, há muito defendidas por Gunder Frank e Marta Fuentes.

Posteriormente, resgatarei o importante balanço do neoliberalismo, traçado há mais de duas décadas por Perry Anderson. Com ele veremos as origens e evolução do neoliberalismo, o diagnóstico da crise do início dos anos 1970, o remédio proposto para superá-la e as promessas fornecidas pela Sociedade de Mont Pèlerin, bem como os resultados gerais para as sociedades que aderiram ao programa neoliberal. Ademais, revisito com autores latino-americanos certas adesões ao modelo neoliberal na América Latina e seus decepcionantes resultados, e sua conseqüente resistência.

Por fim, apresento algumas características que diferenciam a atual configuração dos novos movimentos sociais na América Latina, a nova reconfiguração de seus sujeitos sociais e os por quês de suas emergências. Ainda, sob o novo ciclo de protesto social na região, e diante de debilidades e contraofensivas neoliberais, e ações positivas e negativas de governos mais progressistas e radicais, procuro evidenciar os principais desafios a serem superados pelos novos movimentos sociais rumo a uma “outra América Latina”, e um pouco do que se tem feito para tanto, nos planos da reflexão e da ação. Nas considerações retomo sinteticamente o artigo.

Velhos e novos movimentos antissistêmicos

Os movimentos antissistêmicos¹, movimentos sociais e nacionais, emergiram como estruturas burocráticas significativas na segunda metade do século XIX. No início, os movimentos sociais eram concebidos como partidos socialistas e sindicatos que buscavam promover a luta de classes dentro de cada Estado contra a burguesia. Já os movimentos nacionais lutavam pela criação de um Estado nacional. Ambos consideravam-se “revolucionários”, ainda que em seu seio pudessem abrigar uma ala defensora de uma abordagem mais gradual e “reformista” no processo de transformações fundamentais nas relações sociais. Nesse momento ainda eram politicamente fracos, já que travavam duras batalhas apenas para existir (quando não foram efetivamente destruídos), e não raro eram duramente reprimidos, colocados na ilegalidade pelos governos, aprisionados seus líderes e violentados seus membros. No final desse século, após grandes debates entre marxistas e anarquistas, a vencedora vertente marxista “de orientação estatal” anunciou uma estratégia a ser conquistada em duas etapas: conquistar o poder no interior das estruturas dos Estados; para depois transformar o mundo.

Analisando a situação mundial dos anos 1960, portanto, passados um século desde o surgimento dos movimentos antissistêmicos, e um pouco mais de meio século desde a afirmação estratégica de conquista do poder estatal e transformação do mundo, Wallerstein avaliou que apenas a primeira etapa fora então concluída.

1 Wallerstein afirma ter forjado “o termo “movimento anti-sistêmico” na década de 1970, de modo a ter uma formulação que agrupasse aquilo que eram, histórica e analiticamente, dois tipos de movimento popular distintos e, de muitas formas, rivais – aqueles que usavam o nome “social” e os que eram “nacionais”” (2004, p. 266).

A análise da situação mundial na década de 1960 revela [que] (...) na maior parte dos países eles haviam completado a fase um da estratégia em dois passos, tendo chegado ao poder praticamente em todas as regiões. Partidos comunistas governavam a terça parte do mundo, de Elbe a Yalu, movimentos de libertação nacional estavam no poder na África e na Ásia, movimentos populares na América Latina, e movimentos socialdemocratas, ou seus primos, na maior parte do mundo pan-europeu, pelo menos em uma base de alternância. Não tinham, contudo, transformado o mundo. (WALLERSTEIN, 2004, p. 270-271).

Conquistado o poder estatal nas mais diversas regiões, os movimentos antissistêmicos descobriram que o poder estatal era mais limitado do que imaginavam, posto que cada Estado sofria limitações de todo o tipo de instituições, sobretudo pelo fato de que sempre estiveram integrados no sistema interestatal, do qual nenhuma nação possui soberania absoluta. Ademais, “quanto mais tempo estavam no cargo, mais pareciam adiar a realização das suas promessas” (Idem, p. 270), ao passo que intimidavam os trabalhadores a sacrificar-se cada vez mais em nome do desenvolvimento nacional.

Foi a revolução mundial de 1968 que revelou a “desilusão maciça dos simpatizantes populares” com o desempenho concreto dos “movimentos anti-sistêmicos clássicos” no poder, já que as mudanças foram avaliadas como insuficientes. Mesmo diante da “ligeira” alteração nas injustiças, do aumento de instalações de educação e saúde e de melhorias das garantias de emprego nos países em que partidos considerados de esquerda chegaram a governar, as injustiças e desigualdades permaneciam consideráveis, o trabalho assalariado marginalizado aumentara, e a participação democrática real, seja em nível governamental ou no próprio local de trabalho, ainda era muito tímida, quando não de real retrocesso. Daí a descrença e deslegitimação nos partidos da esquerda, em suas promessas de que o mundo seria mais igualitário. Daí também a desconfiança no Estado como mecanismo de transformação social. E, finalmente, daí que desde então houve uma busca contínua por “um tipo melhor de movimento anti-sistêmico”, um movimento capaz de erigir um mundo verdadeiramente mais democrático e mais igualitário.

Wallerstein argumenta que houve quatro tentativas distintas de aspirantes ao estatuto de “um tipo melhor de movimento anti-sistêmico”: 1) o florescimento entre os anos de 1960 e meados dos 1970 de múltiplos maoísmos inspirados de alguma forma na Revolução Cultural na China; 2) os novos movimentos sociais – verdes, ambientalistas, feministas e de “minorias” raciais ou étnicas – que se tornaram proeminentes na década de 1970; 3) as organizações de defesa dos direitos humanos, que em geral tornaram-se uma força política relevante apenas nos anos 1980, apesar de existirem anteriormente; 4) os movimentos antiglobalização e partícipes do Fórum Social Mundial, de fins dos anos 1990 e início do novo milênio, dos quais se vinculam pessoas ligadas à velha e nova esquerda, aos sindicatos, grupos anarquistas, aos novos movimentos, às organizações de direitos humanos etc.

As primeiras “foram um fiasco”, e já não há nenhum movimento maoísta “que tenha algum significado”, tanto, e, sobretudo, pela morte de Mao Ze-Dong e desintegração do maoísmo na China e o conseqüente desaparecimento da fonte inspiradora, como pela discussão amargurante do que fora a “doutrina pura”, o que os transformou em grupos minúsculos, isolados e sectários, ou em grupos maiores (caso da Índia) que “evoluíram para versões mais recentes dos movimentos da velha esquerda” (Idem, p. 272). As segundas são certamente significativas em alguns países, inclusive na América Latina, mas “mais fortes no mundo pan-europeu do que em outras partes do sistema-mundo”. No entanto, “parecem pouco mais anti-sistêmicos do que os da velha esquerda”, dado que incorporam preocupações com ecologia, orientação sexual e racismo em suas declarações programáticas, mas “desconfiam profundamente do Estado e da ação orientada para o Estado” (Ibidem, p. 273).

As organizações de direitos humanos, que afirmavam falar em nome da “sociedade civil” e não do

Estado, tornaram-se ONGs, localizadas sobretudo nas zonas centrais. Conseguiram que a maioria dos Estados adotasse políticas para os direitos humanos, mas acabaram mais assessorando os Estados do que se opondo a eles. Tais organizações dificilmente mobilizam o apoio das massas, e, em geral, não são antissistêmicas. E as últimas, enquanto promessa de “um outro mundo possível”, reúnem grande variedade de movimentos e grupos organizados, atuantes nos níveis local, regional, nacional e transnacional. Tomam a base de participação como um objetivo comum na luta contra os males sociais produzidos pelo neoliberalismo.

É claro que qualquer movimento pretensamente antissistêmico, velho ou novo, pior ou melhor, visa no fim romper com o sistema, “desligar-se” do capitalismo. As teses sobre “os movimentos sociais e a transformação social” e o “desligamento e transição para o socialismo nos movimentos sociais”, elaboradas por Frank e Fuentes, demonstraram que não obstante o fato de combaterem ou desafiam o sistema em alguns de seus aspectos, poucos são os movimentos sociais (podemos acrescentar os movimentos nacionais) que podem ser considerados antissistêmicos em seus esforços, e menos ainda em suas conquistas para destruir o capitalismo e substituí-lo por “outro sistema ou por nenhum”.

Há evidência histórica contundente de que os movimentos sociais não são anti-sistêmicos [no sentido de destruir o sistema e substituí-lo por outro ou por nenhum]. (...) as consequências sociais dos próprios movimentos sociais não são nada acumulativas. Mais ainda, seus efeitos frequentemente não são intencionais, de tal forma que estes efeitos são incorporados, se não cooptados pelo sistema, que termina sendo fortalecido e reforçado pelos movimentos sociais que originalmente eram anti-sistêmicos, mas seus resultados não o foram. Há pouca evidência contemporânea que nos leva a pensar que no futuro as perspectivas dos movimentos sociais, assim como suas consequências, serão muito diferentes das do passado. (FRANK & FUENTES, 1989, p. 39).

Isso não quer dizer que os movimentos sociais, mesmo diante de suas múltiplas limitações, não foram e não são agentes importantes da transformação social e portadores de uma nova visão. Ao contrário, “os movimentos sociais oferecem novas interpretações e novas soluções quanto à problemática do “desligamento” do capitalismo” (Idem, p. 39). Frank e Fuentes há muito avaliaram que tal problemática já vinha sendo reinterpretada por meio de novos ou diferentes nexos, que muitos movimentos sociais estabeleciam tanto entre seus membros e a sociedade como no interior da própria sociedade, a exemplo de movimentos das mulheres, de alguns movimentos verdes, movimentos religiosos e espiritualistas e alguns movimentos étnicos de minorias, convencionalmente denominados de ‘novos movimentos sociais’.

Outra tese defendida por esses autores foi a de que “os “novos” movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas; [e que] os movimentos sociais “clássicos” são relativamente novos e provavelmente temporários” (Ibidem, p. 19). Eles argumentavam que movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos/nacionalistas, religiosos e mesmo de mulheres/feministas, muitos dos quais então chamados de “novos” movimentos sociais, existiram durante séculos e mesmo milênios em muitos lugares do mundo, na Europa, na Ásia, no mundo árabe, na África, América Latina etc. E mesmo os movimentos ecológicos/verdes, assim como os pacifistas, os mais legitimamente “novos”, “não são totalmente novos”. Isso porque o desenvolvimento do capitalismo e sua consequente degradação ambiental em partes do Terceiro Mundo e mais além já haviam despertado movimentos sociais defensivos da natureza, ainda que não circunscritos exclusivamente à problemática ambiental, a exemplo dos movimentos dos indígenas norte-americanos e aborígenes australianos. Também em épocas anteriores, guerras pretéritas produziram movimentos sociais pacifistas. Já a interpretação de que os movimentos sociais “clássicos” são relativamente novos e provavelmente temporários, se baseia no entendimento de que os movimentos “clássicos” da classe trabalhadora, dos operários e dos sindicatos, não só surgiram

no passado definidos e delimitados pelas circunstâncias concretas de seu próprio tempo e espaço, mas continuam surgindo em lugares e em épocas específicas. Enquanto os movimentos operários e sindicatos desmoronavam em partes do Ocidente, cresciam em determinados lugares do Sul e do Leste, onde a industrialização local e o desenvolvimento global geravam condições e reivindicações análogas ao passado.

Também argumentaram Frank e Fuentes que eram os movimentos sociais, muito mais que os “clássicos” movimentos classistas, que motivavam e mobilizavam centenas de milhões de pessoas em todos os lugares da Terra. Elas recorriam aos “novos” movimentos sociais que, em grande medida, ainda não haviam sido institucionalizados. Em suma, “sejam novos ou velhos, os “novos movimentos sociais” contemporâneos são de longe os que mais mobilizam a maioria das pessoas em torno de preocupações comuns” (Ibidem, p. 23), preocupações essas que nos últimos tempos e ainda hoje parece traduzir-se no combate às políticas neoliberais.

Neoliberalismo e Resistências

Resgatemos o importante balanço do neoliberalismo, ainda que provisório (e com destaque aqui para América Latina), traçado há muito por Perry Anderson. Suas origens e evolução marcam uma veemente reação teórica e política contra o intervencionismo estatal e o *Welfare State*. A reação teórica veio com a publicação em 1944 do livro *The Road to Serfdom*, do austríaco Friedrich Hayek. Mas o rápido crescimento da economia mundial durante a “era de ouro” do capitalismo (e da continuada ascensão de movimentos anti-sistêmicos) deu pouca credibilidade para as advertências dos neoliberais contra os perigos representados por qualquer controle do mercado por parte do Estado.

Foi a partir de 1973 que as ideias neoliberais ganharam força com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, que atingiu inicialmente a totalidade dos países capitalistas desenvolvidos, levando-os a uma prolongada e profunda recessão que combinava, e pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Fordismo e keynesianismo mostravam-se incapazes de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Afirmavam Hayek e outros membros da Sociedade de Mont Pèlerin que as raízes da crise residiam no poder excessivo dos sindicatos, que ao reivindicar maiores salários e pressionar o Estado a aumentar gastos sociais acabava por corroer as bases da acumulação capitalista. O remédio proposto era claro: manter o Estado forte em sua capacidade de romper com o nefasto poder dos sindicatos e na rigorosa disciplina orçamentária (que inclui (contra)reformas fiscais, reduções de impostos sobre rendimentos e rendas mais elevados e restrição das despesas sociais), e manter o Estado fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas, que inclui toda espécie de desregulamentação, desfiscalização e privatizações dos serviços públicos. Tudo com o fito de restaurar a taxa “natural” de desemprego e um exército de reserva de trabalhadores, criar “uma nova e saudável desigualdade” e garantir a estabilidade monetária, “meta suprema de qualquer governo”, para enfim expandir as taxas de lucro, dinamizar as economias capitalistas e restaurar as taxas de crescimento então abaladas pela crise de princípios dos anos 1970. E o que dizer sobre os seus resultados?

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestabilizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1995, p. 23).

O programa neoliberal foi adotado no Chile em 1975, dois anos após a instauração de uma brutal ditadura no país. Desde então inúmeros países aderiram ao programa. Reino Unido e Estados Unidos foram os líderes, mas enquanto o “modelo inglês” (desde 1979) foi “o pioneiro e o mais puro”, “a variante norte-americana era bem distinta”. Depois da experiência de vários países da OCDE, o leste europeu foi à segunda região a aplicar o programa neoliberal, seguida da América Latina, ainda que o Chile e a Bolívia (1985) tenham sido seus experimentos prematuros. Mas foi com a chegada em 1988 do presidente Carlos Salinas de Gortari no México que se deu a virada latino-americana rumo ao neoliberalismo. Se prolonga em 1989 com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela, e em 1990 com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. A versão brasileira do neoliberalismo foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque aqui o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político de esquerda. No Chile e na Argentina, o neoliberalismo se impôs mais cedo em função da derrota da esquerda e do movimento popular nestes países. O avanço neoliberal no Brasil tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p. 26). E progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos) prosseguiu na política econômica neoliberal dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2018?), não obstante importantes avanços na área social e na política externa e de integração regional. A lista de adesões a alguma variante do modelo neoliberal na região durante os anos 1990 e mais além é certamente muito mais extensa do que a retratada aqui. Além dos sete países acima citados poderíamos incluir a Colômbia, o Paraguai e o Uruguai na América do Sul, assim como um conjunto de outros tantos países na América Central e no Caribe, de tal forma que o neoliberalismo se estendeu no continente “como em nenhuma outra região do mundo”, e “ocupou praticamente todo o espectro político do continente, da direita à esquerda, tornando-se um modelo hegemônico no conjunto da América Latina” (SADER, 2009, p. 50).

E os resultados das reformas neoliberalizantes na região? Em *nuestra América* também foram decepcionantes: baixo crescimento, desindustrialização, maciça transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo, falência de pequenas e médias empresas, aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, ampliação do setor informal, ampliação do espaço privado em detrimento do espaço público, enfraquecimento da capacidade reguladora dos Estados, geração de enormes déficits públicos e elevação exponencial do endividamento público, desmantelamento dos serviços públicos e retração das políticas sociais, exclusão social, aumento da pobreza e da miséria, “fratura” das camadas médias, concentrações de renda e de patrimônio, crescimento das desigualdades, expansão da violência, fragmentação social e cultural, instabilidade política etc.

Há pouco mais de uma década, o sociólogo peruano Aníbal Quijano fez a seguinte avaliação dos resultados do neoliberalismo na região:

A América Latina, três décadas depois do começo da neoliberalização capitalista, se encontra hoje com sua economia estancada, com a mais elevada taxa de desemprego e com a mais alta percentagem de pobres de sua história, atravessada por revoltas sociais, submersa na instabilidade política e pela primeira vez em mais de um século – quer dizer, depois da conquista do norte do México em meados do século XIX e de Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas no final desse mesmo século – com a sua integridade territorial e a sua independência política explicitamente postas em questão. (QUIJANO, 2004, p. 142).

Contudo, não é de surpreender a crescente agitação da resistência mundial contra os efeitos da neoliberalização do capitalismo, sobretudo nesta região que se tornou símbolo das convergências dos movimentos sociais – por alguns anos a sede do Fórum Social Mundial se deu em Porto Alegre. Como resultado das profundas e regressivas consequências dessa “transição conservadora”, em que cada vez mais grupos sociais eram afetados pelas políticas neoliberais, numerosas resistências e protestos multiplicaram-se e novos movimentos sociais de base territorial, tanto de base rural como urbana, emergiram no continente. (CLACSO & CETRI, 2003; TADDEI, 2006). Organizações indígenas, camponesas, os chamados “movimentos sem” (tais como os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho), trabalhadores urbanos empobrecidos, movimentos de moradores de favelas, movimentos das classes médias, movimentos políticos ligados a gestão do Estado, movimentos religiosos, ecológicos e de mulheres, coletivos militantes, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis formaram nos últimos anos uma verdadeira “aliança global”, de intensa experimentação democrática e de reconstituição de alternativas societárias. Do I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Chiapas no México (1996), passando por Seattle (1999), aos diversos Fóruns Sociais Mundiais, o novo movimento internacional vem se organizando na forma do que José Seoane e Emílio Taddei (2001) chamaram de “movimento antimundialização neoliberal”.

Novos Movimentos Sociais na América Latina

A inserção subalterna da América Latina no capitalismo mundial criou situações injustas e destruiu culturas arraigadas, produzindo intensas e numerosas lutas sociais no continente ao longo de sua história. Após uma fase de desenvolvimento nacional fundado na substituição de importações e de regimes populistas sem forte participação de movimentos populares no poder, os poderes militares impuseram o abandono desse modelo, abafaram a voz dos movimentos sociais e orquestraram a reinserção do continente na economia capitalista mundializada. O período neoliberal que se seguiu caracterizou-se no plano político pela existência de democracias controladas, e no plano social pelo incremento de lutas sociais as mais diversas.

O término da década de noventa reverteu na América Latina a menor conflitividade registrada no começo desta década. Em meados dos anos 2000 Taddei admitia “o surgimento de um novo ciclo de protesto social” na América Latina. Novo pela magnitude regional que alcançou e pela configuração das resistências ser muito mais fragmentada em termos sociais e mais localizada em termos setoriais e territoriais do que no passado. Para ele e José Seoane é distinta a configuração que os movimentos sociais na América Latina e no Caribe assumiram desde os anos noventa em relação ao que assumira nas décadas anteriores. Até fins da década de 1980 era o conflito assalariado, em particular no setor industrial, que constituía um dos eixos de destaque do confronto social na região. Desde os anos 1930 que o pacto keynesiano-fordista vinha modelando o comportamento das organizações sindicais na região, tanto em seu vínculo com o poder público como em suas formas e estrutura organizativas. Mas esse modelo de organização sindical, que marcou a atuação da maioria dos movimentos sociais, urbanos e rurais, e que cumpriu um importante papel na articulação político-social das demandas particulares dos sujeitos coletivos, entrou em crise com as transformações estruturais que o neoliberalismo impôs, sobretudo na economia e no mercado de trabalho.

Enquanto os movimentos revolucionários entravam em refluxo, “as lutas de classe passavam para um segundo plano” e os sindicatos recuavam para posições defensivas e reivindicações imediatas, novas demandas surgiam atreladas “em processos de identificação não vinculados à relação capital e trabalho”,

mas ligadas à identidade étnico-cultural, ao meio ambiente, aos direitos universais, aos direitos à educação, saúde, previdência social, habitação, alimentação etc. (CLACSO & CETRI, 2003; TADDEI, 2006).

Os sujeitos sociais assumiam nova reconfiguração ao mesmo tempo em que as lutas e resistências multiplicavam e ampliavam-se pelo continente. Essas lutas e resistências decorriam do modelo de “reprimarização” econômica, dos processos de reestruturação agrária, da exploração intensiva dos recursos naturais, dos acordos de livre-comércio, do amplo conjunto de privatizações e de um amplo rol de outras contrarreformas neoliberais anteriormente explicitadas. Daí a contrapartida da emergência de destacados movimentos de origem rural, dos movimentos indígenas – cujos exemplos mais emblemáticos foram o zapatista no México, o Conai no Equador e os cocaleiros do sul do Peru e das regiões bolivianas dos Yungas e do Chapare; os povos mapuches do sul chileno e o impulso a partir de 2002 dos povos originários da América Central contra o Plano Puebla-Panamá – e dos movimentos de camponeses – sendo o mais importante deles o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil; há também movimentos sem-terra na Bolívia e no Paraguai, além de lutas camponesas no México, na América Central etc. Daí também a emergência de movimentos de origem urbana em toda a região, a exemplo dos movimentos de trabalhadores desempregados, sobretudo no Cone Sul, com destaque para os piqueteiros na Argentina; dos movimentos sem-teto e sem trabalho; movimentos de operários sob o novo sindicalismo; movimentos das classes médias; movimentos políticos ou ligados à gestão do Estado; movimentos religiosos que também atuam no meio rural; estudantil universitário e juvenil ativamente envolvido em protestos de diversos segmentos; movimentos feministas; movimentos ecológicos ligados à defesa do meio ambiente etc. (HOUTART, 2001; SEOANE & TADDEI, 2001; TADDEI, 2006).

No que diz respeito aos sujeitos sociais protagonistas do novo ciclo de protestos que emergiu na América Latina desde fins dos anos 1990, Taddei destaca duas de suas características principais:

A primeira é o deslocamento do conflito assalariado para o setor público, enfraquecendo o impacto e a importância que têm sido impulsionados pelos trabalhadores do setor privado. Esse fato implica, por sua vez, uma configuração particular que atravessa a ação das organizações sindicais como dinâmica reivindicativa do setor público e convoca à participação e convergência de outros setores sociais na defesa do acesso e da qualidade da educação e da saúde como direitos dos cidadãos. Em muitos casos, as lutas contra essas políticas de desmantelamento e privatização, e o impulso dos processos de convergência – que adotam as formas de coordenadorias e frentes cívicas –, não necessariamente repousam sobre a dinâmica sindical assalariada, destacando-se a importância do papel desempenhado por outras organizações (movimentos camponeses, indígenas, desempregados, estudantes, movimentos urbanos, entre outros) na conformação dessas “coalizões sociais amplas”. A segunda característica refere-se à consolidação de movimentos de origem rural – indígenas e camponeses – que alcançam uma significação e influência nacional e regional. Eles desenvolvem uma notável capacidade de interpelação e articulação com setores sociais urbanos, conseguindo vincular, em muitos casos com êxito, a dinâmica da luta contra o neoliberalismo (política agrária, privatizações, ajuste fiscal) a um questionamento mais amplo das bases de legitimidade dos sistemas políticos na região. (TADDEI, 2006, p. 815-816).

Os governos neoliberais não conseguiram criar as bases sociais de sua reprodução e legitimação, foram incapazes de consolidar no poder um bloco de classes que lhes dessem sustentabilidade. (SADER, 2009). Sua legitimidade política e ideológica foi posta em cheque em muitos países da região. Levantes

e insurreições populares derrubaram vários de seus governos, a exemplo do Equador (1999 e 2005), Peru (2000), Argentina (2001) e Bolívia (2003 e 2005). Era nítida a vontade de mudança na orientação político-econômica dominante. Movimentos sociais mais relevantes expunham esse desejo em seus discursos e práticas críticas ao neoliberalismo. A adoção do receituário do Consenso de Washington e seus negativos resultados, e a concomitante rejeição e resistência dos movimentos sociais, fez com a América Latina ampliasse desde 1998 espaços eleitorais mais à esquerda, a exemplo de Chavés na Venezuela em 1998 (que segue com Maduro, mas com enormes dificuldades), os Kirchner na Argentina desde 2003 até 2015 (recentemente substituído por Macri com clara orientação neoliberal), Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2018?) no Brasil, Morales na Bolívia (desde 2006), Correa no Equador (desde 2007), Tabaré Vazquez e Mujica no Uruguai (desde 2004), Daniel Ortega na Nicarágua (desde 2007), Fernando Lugo no Paraguai em 2008 (bloqueado por um golpe branco, mas que desponta como maior força nas pesquisas eleitorais mais recentes).

As mudanças mais profundas foram postas em prática na Venezuela, na Bolívia e no Equador, países que avançaram na fundação de Estados plurinacionais, pluriétnicos e pluriculturais, pondo em prática novas formas de representação política que vão muito além do formalismo liberal. Mas há também países, entre os quais podemos incluir o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que em graus diversos fortaleceram a integração regional, aprofundaram a regulação do Estado, inibiram o desmantelamento dos aparatos estatais, estancaram certos processos de privatizações, fomentaram o crescimento do trabalho formal, bem como avançaram na política social, reequiparam o funcionalismo público e os serviços públicos. Em suma, excetuando Venezuela, Bolívia e Equador, os demais avançaram pelos flancos de menor resistência ao modelo, sem romper com o mesmo, uma vez que mantém os pilares da política econômica neoliberal além de outras ações regressivas. E não obstante esses esforços, muitos dos governos progressistas da região enfrentaram e continuam enfrentando, sobretudo a partir de 2007, uma contraofensiva de direita que se vale de seu enorme poderio econômico e midiático para desestabilizar governos de centro e de esquerda e movimentos sociais. (SADER, 2009).

Apesar de assumir diferentes posturas em cada país, essa contraofensiva adota uma série de práticas comuns, tais como: a crítica da presença do Estado e de seus processos de regulação; qualquer atuação no sentido de reverter a regressividade das políticas tributárias; crítica da “corrupção”, mas sempre seletiva e centrada nos governos e no Estado; pró-autonomia dos governos regionais e contra a centralização estatal; denúncia de riscos no descontrole inflacionário e o consequente apoio para elevação das taxas de juros; o artifício do desabastecimento; defesa da “liberdade de imprensa” da mídia privada; golpes brancos, a exemplo do que ocorreu em Honduras, no Paraguai e o que lamentavelmente vive nos dias de hoje o Brasil (sem ter se concretizado); críticas aos processos de integração regional, do Mercosul, da Unasul, da Alba, do gasoduto continental, do Banco do Sul, do Conselho de Segurança da América do Sul etc. Também os movimentos sociais enfrentam as iniciativas da contraofensiva de elites conservadoras e reacionárias, na medida em que estas limitam institucionalmente as demandas sociais, exacerbam a militarização social e criminalizam as rebeldias, bem como chegam a disputar o espaço das mobilizações de ruas. Há também repressão estatal e paraestatal, o que provoca um refluxo ainda maior dos movimentos sociais.

São muitos os desafios a serem superados pelos novos movimentos sociais. Há uma década Frei Betto apontava duas dificuldades reais na consolidação dos movimentos sociais e populares, que seguem válidas para os dias de hoje: a provisoriedade de muitos desses movimentos e suas cooptações por parte do poder público. Muitos movimentos extinguem-se antes de fortalecer e consolidar-se. Ademais, há repercussões negativas das participações de movimentos em governos. Negativas quando estes se dividem e se debilitam diante de mudanças de orientação dos governos. Daí a necessidade dos movimentos conquistarem autonomia política, capacidade crítica e organizativa.

Outro grande desafio a ser superado pelos novos movimentos sociais é a sua profunda fragmentação, as suas separações geográficas e setoriais em aristocracia operária, mulheres, povos autóctones, pequenos agricultores ou comerciantes, movimentos ecologistas, movimentos culturais etc. (HOUTART, 2001). As resistências ainda são principalmente locais. Até existe uma tendência para os reagrupamentos, mas eles são de difícil realização em razão da falta de meios. As condições nacionais no continente latino-americano são bastante diversas e as formas em que se revestem suas lutas sociais também variam segundo os países e as regiões, a depender de amplo conjunto de fatores, tais como o grau de industrialização, a resistência das oligarquias agrárias, a importância relativa dos povos autóctones etc. (CLACSO & CETRI, 2003).

Ante a mundialização da economia capitalista e de suas conseqüências sociais e culturais, as resistências e as lutas se proliferaram pelo mundo, mas ficam, na maioria das vezes, fragmentadas. É então importante fazer convergir seus esforços, tanto no plano da reflexão quanto no da ação. (HOUTART & POLET, 1999, p. 109-110).

No plano da reflexão, Maria da Glória Gohn aponta que a reflexão latino-americana concentrou-se nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres e minorias em geral), nas lutas populares por bens e equipamentos coletivos, nos espaços para moradia urbana, nas associações de moradores e nas comunidades de base da igreja, bem como nas lutas pela terra no meio rural. Os “paradigmas europeus”, com o domínio da vertente marxista nos anos setenta e da abordagem dos novos movimentos sociais nos anos oitenta, serviam de orientação para esses estudos. Quando o cenário das lutas sociais se alterou nos anos 1990, o mesmo se dá com o quadro de análises sobre os movimentos sociais. A produção teórica no continente desloca sua atenção para as organizações não governamentais (ONGs) e as organizações do terceiro setor. Já no novo milênio, são os movimentos sociais globais que passam a alimentar a produção teórica na região e fora dela. (GOHN, 2008). A autora acredita que ainda está por erigir-se um verdadeiro paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais.

Falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito. (GOHN, 2004, p. 211).

Se de fato ainda não temos um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais, contribuiu para tanto a hegemonia conquistada pelo pensamento único e suas formulações sobre o “fim da história”, por ter sido capaz de deslocar a problemática do conflito e dos movimentos sociais na região “a um lugar quase marginal e empobrecido”, muito diferente da centralidade que ocupara em tempos pretéritos. Mas a análise das experiências dos novos movimentos sociais na América Latina, a compreensão e conceituação das novidades dos mesmos no decorrer da história recente da ação coletiva e da contestação social, representam um importante passo no enriquecimento dos marcos teóricos e metodológicos relacionado ao estudo dos movimentos sociais, bem como na elaboração e revitalização do pensamento social crítico latino-americano na atualidade. (TADDEI, 2006). Exemplo disso é a renovada geração de estudos que o Observatório Social da América Latina, no âmbito do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), vem publicando desde o ano 2000, e que em 2016 já conta com 36 volumes.

Já no plano da ação, e restringindo-nos aqui apenas ao âmbito das convergências, é certo que elas vêm se expandindo desde os anos noventa, impulsionadas em muito pela utilização de novos meios de

comunicação e pela aspiração de mais participação democrática, e dirige-se cada vez mais para a deslegitimação do sistema econômico. (HOUTART, 2001; CLACSO & CETRI, 2003). É certo que existem inúmeros dilemas internos e externos entre a diversidade de propostas apresentadas pelos velhos e novos movimentos sociais, e ainda resta um longo caminho a percorrer antes de chegarmos a uma convergência verdadeiramente estratégica e antissistêmica, capaz de enterrar o modelo neoliberal ainda dominante na região e fora dela. O fortalecimento da convergência regional, nacional, continental e internacional de movimentos sociais, a exemplo da Rede Internacional de Movimentos Sociais, da Aliança Social Continental, do Fórum Social Mundial, do Fórum Social das Américas, do Fórum Meso-Americano, das Centrais Sindicais do Cone Sul, da Via Campesina, da Marcha Mundial das Mulheres etc. caminha nessa direção, mas ainda é cedo para declarar o obituário do neoliberalismo em nossa América Latina.

Considerações

Movimentos antissistêmicos surgiram na segunda metade do século XIX. Demoraram muito para conquistar o poder estatal, e mesmo quando o fizeram não transformaram substancialmente o mundo. A assertiva de Wallerstein de que “quanto mais tempo estavam no cargo, mais pareciam adiar a realização das suas promessas”, ao passo que intimidavam os trabalhadores a sacrificar-se cada vez mais em nome do desenvolvimento nacional, parece válida tanto para a segunda metade do século XX quanto para o início do século XXI. Esperamos que a desilusão de ontem com os velhos movimentos antissistêmicos não seja a desilusão de amanhã com os novos movimentos sociais. E que não se concretizem as advertências de Wallerstein de que os novos movimentos sociais “parecem pouco mais anti-sistêmico do que os da velha esquerda”, e às de Frank e Fuentes de que “há pouca evidência contemporânea que nos leva a pensar que no futuro as perspectivas dos movimentos sociais, assim como suas consequências, serão muito diferentes das do passado”.

Como vimos, os novos movimentos se tornaram proeminentes nos anos 1970, bem guardadas as ressalvas de Frank e Fuentes sobre o que há de verdadeiramente “novo” nesses movimentos. O que esse artigo mostra são as circunstâncias concretas capazes de explicar o aparecimento de novos movimentos sociais em uma região específica do globo, a América Latina. Parece-me que a fase um da estratégia dos movimentos antissistêmicos em Nuestra America não foi completada, uma vez que os movimentos populares não chegaram a tomar o poder na maioria dos países de nossa região antes e durante a vigência dos regimes populistas e antes do ciclo ditatorial que se nos abateu. O que mais explica o surgimento de novos movimentos sociais em nossa região não é tanto a desilusão para com o desempenho de velhos movimentos antissistêmicos clássicos, mas sim as profundas e regressivas consequências das políticas neoliberais adotadas na grande maioria dos países do continente, ainda que em diferentes graus.

Esses novos movimentos sociais protagonizaram na região um novo ciclo de protesto. A novidade reside em sua maior magnitude, em sua reconfiguração, muito mais fragmentada em termos sociais e mais localizada em termos setoriais e territoriais do que no passado, e nas novas demandas não necessariamente vinculadas à relação capital e trabalho, mas ligadas à identidade étnico-cultural, meio ambiente, direitos universais, educação, saúde, previdência social, habitação, alimentação etc. Daí a presença de organizações indígenas, camponesas, “movimentos sem”, movimentos religiosos, ecológicos e de mulheres, coletivos militantes, ONGs, organizações sociais e juvenis etc.

Diante de debilidades e contraofensivas neoliberais, e ações negativas de governos mais progressistas, são enormes os desafios a serem superados pelos novos movimentos sociais. Sublinhamos aqui algumas das dificuldades mais contundentes, tais como: a sua criminalização e a militarização do continente; a provisoriedade de muitos desses movimentos e suas cooptações por parte do poder público – daí a necessidade dos movimentos amadurecerem e conquistarem autonomia política, capacidade crítica e

organizativa; e a sua profunda fragmentação, que dificulta uma melhor convergência entre eles, apesar da reconhecida expansão convergente nos últimos anos. No plano da reflexão, parece que um genuíno paradigma teórico dos movimentos sociais na América Latina ainda está por ser erigido, mas já demos um importante passo no enriquecimento dos marcos teóricos e metodológicos relacionado ao estudo dos movimentos sociais, bem como na elaboração e revitalização do pensamento social crítico latino-americano na atualidade.

Muitos dos problemas subjacentes que criaram os chamados novos movimentos sociais continuam sem solução, mesmo em países governados pela esquerda e centro-esquerda. A questão é saber se tais movimentos irão ou não gerar novas ondas de conflito social, e em caso afirmativo com que eficácia para a construção de “outra América possível”.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: BORÓN, Atílio & SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BETTO, Frei. **A mosca azul: reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- CLACSO & CETRI. **A América Latina**. In: AMIN, Samir & HOUTAR, François (Org.). Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRANK, André Gunder & FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. In: LUA NOVA. Movimentos sociais: questões conceituais. São Paulo: Revista de Cultura e Política, n° 17, Junho de 1989.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Novas Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOUTART, François. **Mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo**. In: SEOANE, José & TADDEI, Emilio. Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOUTART, François & POLET, François (Coord.). **O Outro Davos: mundialização das resistências e de lutas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- QUIJANO, Anibal. **O labirinto da América Latina: existem outras saídas?** In: DOS SANTOS, Theotonio (Coord.). Globalização: dimensões e alternativas: hegemonia e contra-hegemonia (vol.2). Rio de Janeiro : PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SEOANE, José & TADDEI, Emilio. **De Seattle a Porto Alegre – passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal**. In: SEOANE, José & TADDEI, Emilio. Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TADDEI, Emilio. **Movimentos Sociais**. In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo & MARTINS, Carlos Eduardo. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (Orgs.). Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Os movimentos: que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?** In: WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.